

# O ESTADO DE S. PAULO

Publicação da **S.A. O ESTADO DE S. PAULO**  
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900 • São Paulo - SP • Caixa Postal 2439  
CEP 01060-970-SP Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

**Classificados por telefone:** 3855-2001  
**Vendas de assinaturas:**  
Capital: 3950-9000  
Demais localidades: 0800-014-9000  
**Central de atendimento ao leitor:**  
3856-5400 - falecom.estado@grupoestado.com.br

**Central de atendimento ao assinante**  
Capital: 3959-8500  
Demais localidades: 0800-014-77-20  
www.assinante.estadoao.com.br  
**Central de atendimento ao jornalista:**  
0800-011-00-94 - www.jornaleironline.com.br  
**Central de atendimentos às agências de publicidade:**  
3856-2531 - cia@estado.com.br

**Preços venda avulsa:** SP, RJ, MG, PR e SC: R\$ 2,50 (segunda a sábado) e R\$ 4,00 (domingo). DF: R\$ 2,50 (segunda a sábado) e R\$ 4,00 (domingo). ES, RS, GO e MT: R\$ 3,20 (segunda a sábado) e R\$ 5,80 (domingo). MS: R\$ 3,20 (segunda a sábado) e R\$ 4,20 (domingo). BA, SE, PE, TO e AL: R\$ 4,00 (segunda a sábado) e R\$ 6,00 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO: R\$ 4,50 (segunda a sábado) e R\$ 7,20 (domingo)

## O PAC dos Direitos Humanos

Mauro Chaves



Não é verdade, como dizem alguns, que todos os que adotaram a luta armada para combater a ditadura militar pretendiam implantar no País outra ditadura – só que de esquerda – e nem pensavam em restabelecer as instituições democráticas. Certamente, houve quem quisesse a recuperação das liberdades e dos direitos da sociedade civil, mesmo que para cumprir tal objetivo tivesse escolhido o caminho dos atentados, da violência, dos assassinatos, dos assaltos a bancos e a cofres particulares, dos sequestros ou dos fuzilamentos de soldados nas guaritas dos quartéis. Todos estes podiam lutar com coragem e assumir riscos, motivados por sincero e patriótico idealismo.

Mas também havia outra categoria de cidadãos brasileiros – não menos patriotas e idealistas – que lutavam pelo restabelecimento de nossa democracia sem adotar o caminho da luta armada. Estes jamais pensaram em cometer atentados ou participar de movimentos destinados a matar quem quer

### Uma amostra do tipo de democracia que Dilma pretende implantar no País

que fosse – brasileiros ou estrangeiros –, a pretexto de tentar derrubar o regime militar. Queriam a democracia, mas pela persuasão, pelo esforço da articulação política, pelo discurso público ou pela metáfora nas artes – buscando brechas para burlar a rígida censura – e enfrentando, publicamente, as ameaças do regime, sem esconder-se ou fazer operações plásticas para deixar o rosto irreconhecível para a própria família. E, na verdade, foi essa categoria de patriotas – e não a outra, que optara pela violência – que fez as “diretas-já” e acabou produzindo a efetiva redemocratização do País.

Os lutadores políticos não adeptos da luta armada se chamavam, por exemplo, André Franco Montoro, Mário Covas, Marcos Freire, Almino Affonso, José Serra, Fernando Henrique Cardoso, José Gregori, dom Paulo Evaristo Arns, Chico Buarque, Gianfrancesco Guarnieri, Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Gasparian, Jarbas Vasconcelos e tantos mais. Já os participantes da luta armada se chamavam, por exemplo, Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Iara Iavelberg, José Dirceu, Dilma Rousseff, José Genoíno, Tarso Genro, Franklin Martins e tantos mais. Trata-se, na verdade, de dois estilos bem diferentes (mesmo que igualmente patrióticos e idealistas) e de duas vi-

sões bem diversas do que seja democracia. Nesse sentido, o 3º Programa Nacional dos Direitos Humanos, criado pelo Decreto Presidencial nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, repõe uma verdade histórica fundamental: desfaz a confusão, que se fazia, entre os dois grupos de patriotas e idealistas brasileiros que lutavam pela democracia durante a ditadura militar. Pois desde a redemocratização do País esses grupos se misturaram muito entre si – tanto quanto com o dos adesistas do regime militar que combateram. No fundo, porém, jamais perderam sua visão própria de democracia – visão essa que andava muito enrustida e disfarçada. Assim, o secretário dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, prestou um excelente serviço à Nação indicando, neste ano eleitoral, uma das visões de democracia que estarão disputando a Presidência da República daqui a nove meses.

Se o presidente Lula, pelo excesso de afazeres, não leu o alentado texto do programa governamental de 521 diretrizes, foi porque confiou no discernimento e na competência de sua ministra-chefe da Casa Civil, que tem a precípua função de analisar, coordenar e encaminhar programas governamentais – e o 3ºPNDH é um PAC dos Direitos Humanos. Seria até uma ofensa à responsável ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República afirmar que ela também não leu, antes da assinatura presidencial, o decreto do PAC dos Direitos Humanos, que também não pode deixar de ser de sua inteira maternidade ideológica.

Da complexidade de temas que constituem um amplo programa de governo, destaque-mos – por exiguidade de espaço – só alguns assuntos tratados no decreto presidencial de 21 de dezembro.

Pela primeira vez na história dos Poderes de Estado do Brasil, um decreto do presidente da República faz a inacreditável “recomendação” para que os magistrados julguem desta ou daquela forma determinada causa. Por exemplo, na Diretriz 7 (à página 58) está escrito, *ipsis litteris*: “Recomenda-se ao Supremo Tribunal Federal que a ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) interposta contra o Decreto seja julgada improcedente.”

E em outro tópico, da mesma diretriz, está escrito: “Recomenda-se ao Poder Judiciário se manifestar a favor da constitucionalidade do Decreto nº 4.887/2003.”

Na Diretriz 22, que trata da “garantia do direito à comunicação democrática e ao acesso à informação para a consolidação de uma cultura em Direitos

Humanos” (página 165), está consignado o seguinte “objetivo estratégico”: “*Elaborar critérios de acompanhamento editorial a fim de criar um ranking nacional de veículos de comunicação comprometidos com os princípios dos Direitos Humanos, assim como os que cometem violações.*” (Grifamos.)

Para as invasões de terras – crime previsto na legislação penal – o decreto propõe que antes da reintegração de posse determinada pela Justiça haja uma “audiência coletiva” com os envolvidos. Então, se alguém invadir sua casa, faça-se uma audiência pública para discutir a função social dessa propriedade. Já as licenças ambientais para as obras públicas passam a depender de pareceres de sindicatos de trabalhadores. Independentemente das “correções” determinadas pelo presidente Lula, aí está pequena amostra do tipo de democracia que a candidata Dilma Rousseff pretende implantar no País, se eleita presidente. Pela transparência que ofertou ao eleitorado, salve Paulo Vannuchi. ●

**Mauro Chaves** é jornalista, advogado, escritor, administrador de empresas e pintor  
E-mail:mauro.chaves@attglobal.net (www.artestudiomaurochaves.wordpress.com)

## Manicômio trabalhista

Waldemar Mussi



Ouvi de um empresário, em tom de desafo, que quem dá emprego no Brasil é criminoso. Infelizmente, há muito de verdade nessa afirmação. Deixando de lado o nosso “manicômio jurídico-tributário”, a que se referia o saudoso professor Alfredo Becker sobre o nosso sistema tributário, vamos dar uma olhada no nosso “manicômio jurídico-trabalhista”, arapuca onde se enredam aqueles que ousam empreender e dar empregos neste país.

O Contrato Individual de Trabalho, em que partes capazes de contratar acertam as condições que deveriam reger as relações entre o empregado e o empregador, é um instrumento sem nenhum valor jurídico para o empregador, visto que a ele se sobrepõem os contratos ou acordos coletivos de trabalho, as “práticas habituais”, cuja caracterização cabe aos tribunais trabalhistas, e, principalmente, aquilo que esses tribunais considerarem como “cláusulas abusivas” contra o trabalhador ou renúncia deste a qualquer direito, ainda que amplamente negociada entre as partes, com assistência de advogados e do próprio sindicato. A isso tudo se some o famoso “poder normativo” da Justiça do Trabalho.

A nossa arcaica legislação e a mentalidade corporativista das nossas instituições ainda consideram o trabalhador um incapaz para os atos da vida civil, sujeito, portanto, à curatela prevista no artigo 1.767 do Código Civil. Se isso um dia foi verdade, hoje é uma aberração, tendo em vista o grau de instrução, conhecimento, informação e capacidade de associação dos trabalhadores urbanos nos grandes centros industriais. Já ouvi de um empresário que qualquer desligamento de empregado deve ser feito na Justiça do Trabalho, pois não há segurança jurídica no desligamento feito nas Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) ou nos sindicatos, ainda que por estes homologado. Mesmo a arbitragem não resolve a questão, pois os tribunais trabalhistas ainda se recusam a aceitá-la como meio de solução de conflitos.

Veja-se a questão da remuneração contratada pelas partes, com observância de pesquisas de mercado, dos pisos salariais, dos contratos e acordos coletivos e da regulamentação da categoria profissional. Ao salário-base se somam novos valores determinados pelos tribunais como os adicionais por insalubridade e por periculosidade. Esses adicionais são excrecências da legislação e fonte perene de conflitos. Com todo o progresso tecnológico que estamos vivenciando, não é tolerável que se trabalhe em ambientes prejudiciais à saúde ou que ponham em risco a vida do trabalhador. Esses assuntos são técnicos e deveriam ser deslocados para a competência da fiscalização do trabalho, sob a supervisão de órgãos técnicos sérios e competentes, com a extinção pura e simples desses adicionais. Compromissos de correção de conduta poderiam ser exigidos dos empresários se e quando necessários para eliminar ambientes nocivos aos trabalhadores. A saúde não pode ser sacrificada pelo interesse do empregado em receber acréscimo salarial.

Já o adicional por periculosidade foi de tal forma banalizado que, se dependesse dos tribunais trabalhistas, todos os usuários de telefones celulares a ele teriam direito, se pudessem reclamar dos fabricantes e das operadoras. E o que dizer do adicional por trabalho noturno? Será que ainda faz sentido a distinção legal entre trabalho diurno e trabalho noturno? Também não é raro a fiscalização do trabalho lavrar autos de infração milionários exigindo da empresa a inclusão do plano médico, do auxílio-alimentação e do transporte oferecidos pelo empregador na remuneração do empregado.

As horas extras são outro ponto de conflito permanente.

Hoje, boa parte das empresas já aboliu o cartão de ponto e instituiu a jornada flexível e o banco de horas. Os empregados, no entanto, continuam a reclamar horas extras, embora não tenham feito ressalvas na homologação da rescisão do contrato de trabalho. E o ônus de provar que o empregado não trabalhou essas horas extras vai para o empregador. Se o tribunal trabalhista não se convencer, a empresa será condenada não só ao pagamento dessas horas, com efeitos retroativos, como também nos reflexos decorrentes (13º, FGTS, etc.). E a isso tudo se somem os juros de 1% ao mês, desde a reclamação até o dia em que a Justiça trabalhista resolver o caso. Se suprimidas, o empregado continua a elas fazer jus, mesmo sem trabalhá-las.

E a estabilidade provisória, em alguns casos plenamente justificáveis e, em outros, verdadeiras aberrações? Dirigentes sindicais atravessam crises e crises sem ser afetados.

Também a “doença profissional” tem levado tribunais a

### A arapuca onde se enreda quem ousa empreender e dar empregos no Brasil

determinar a reintegração do empregado, com direito a todos os salários do período em que ficou em casa, com juros e tudo o mais, anos após ter entrado com ação na Justiça. Na mesma linha, os empregados afastados do trabalho por doença, a quem o INSS não dá “alta”, não aposenta e o empregador não pode demitir. Se contratar outro, deverá dispensá-lo se e quando o INSS resolver dar “alta” ao empregado afastado. Se dispensar o que estava afastado, por certo sofrerá uma ação de reintegração por “doença profissional”. Não seriam esses casos encargos do INSS, por conta do que se paga sobre a folha?

Mas é o contencioso trabalhista que adiciona o ônus maior ao empregador. A não-aplicação do princípio da sucumbência, a inversão do ônus da prova, o efeito retroativo das decisões ligado à demora na solução das pendências, a incerteza jurídica, o bloqueio indiscriminado de contas bancárias e os juros de 1% ao mês, entre outros, são como uma espadada na garganta do empresário.

Todos os pontos aqui abordados são polêmicos e sujeitos a opiniões divergentes. As soluções também não são simples. Mas a realidade está aí para quem quiser ver e refletir. ●

**Waldemar Mussi** é advogado e consultor em São Paulo

## FÓRUM DOS LEITORES



ENDEREÇO  
Avenida Eng. Caetano Álvares, 55, 6.º andar, CEP 02598-900



FAX:  
(11) 3856 2920



E-MAIL:  
forum@grupoestado.com.br

### Zilda Arns

Proponho que seja criado o Prêmio Zilda Arns de Direitos Humanos, a ser conferido anualmente a pessoas e empresas de todo o mundo que se destaquem na promoção da causa social. O exemplo dessa iluminação da pediatria e sanitária, vítima da tragédia no Haiti, deve servir de guia para que outros sigam sua nobre missão de colaborar com o próximo num mundo tão carente de voluntariado e desapego. As imagens chocantes da catástrofe pós-terremoto só são atenuadas pelas cenas de ajuda humanitária dos mais variados países, numa mobilização de forças, recursos humanos e materiais nunca vista na

História. A resposta da humanidade diante de uma tragédia dessa envergadura é prova conclusiva de quanto tempo, dinheiro e trabalho são desperdiçados no dia a dia de guerras, conflitos e desavenças pelo mundo.

J. S. DECOL  
decoljs@globo.com  
São Paulo

● *Zilda Ams: chamado que salvou vidas* é o lindo título do caderno especial do **Estadão** de 14/1 (H10). Médica pediatra e sanitária, foi convidada pelo irmão dom Paulo Evaristo Arns a criar e dirigir a Pastoral da Criança, para salvar da morte prematura essas indefesas criaturinhas, levadas antes do tempo pela fome, misé-

ria e doença. Três vezes lançada candidata ao Prêmio Nobel da Paz, decidiu Deus, em Seu tempo, recolhê-la numa “morte bonita, trabalhando” (como disse o seu irmão cardeal), no terremoto do Haiti. O exemplo dessa mulher é uma brisa no lodaçal político a nós mostrado todos os dias, na propaganda política que tenta enobrecer candidatos a todo tipo de cargos do País, cuja “ficha limpa” está emporcalhada pelo próprio interesse e passado sofrível. Zilda Arns atravessou este país aliando a ciência da medicina à religião cristã, acima dos interesses menores ou menos nobres da humanidade. Se enquanto viva não serviu de exemplo para todos nós, que a sua biografia produza

outros seguidores e restaure as virtudes das consciências limpas.  
**PEDRO TRABOLD**  
pedro.trabold@uol.com.br  
São Paulo

● A dra. Zilda Arns deve ser um exemplo a ser seguido pelos autodenominados filhos do Brasil. Foi uma ótima filha, estudou, e muito, formou família, criou bem os seus filhos e dedicou-se a cuidar das crianças e dos idosos carentes. Para tanto não lhes deu bolsas isto e aquilo, mas cuidados de saúde, educação e, sobretudo, muito amor. E mais: sem fazer alarde, promoção pessoal.  
**CLÉA MARIA GRANADEIRO**  
cleacorrea@uol.com.br  
São Paulo

● Além das virtudes excepcionais, com a sua generosidade a dra. Zilda Arns exercia as suas atividades de maneira apolítica. Lamentavelmente, o Brasil perde mais uma pessoa “iluminada”, que se destacava pelos bons atos sem nunca perder o sorriso e gestos de humildade.  
**ADEMAR MONTEIRO DE MORAES**  
ammoraes57@hotmail.com  
São Paulo

● É 100% o artigo do governador de São Paulo, José Serra, a respeito da dra. Zilda Arns à frente da Pastoral da Criança. Nele está contido o trabalho de dona Zilda, uma profissional perseverante que salvou centenas de milhares de crianças.

**MIREL GONÇALVES SOUZA**  
mirelgsouza@yahoo.com.br  
Santos

### Últimas palavras

“Como os pássaros, que cuidam de seus filhos ao fazer um ninho no alto das árvores e nas montanhas, longe de predadores, ameaças e perigos, e mais perto de Deus, deveríamos cuidar de nossos filhos como um bem sagrado, promover o respeito a seus direitos e protegê-los.” Este é o último parágrafo do discurso que Zilda Arns não pôde ler. É lindo!

**M. CRISTINA DA ROCHA AZEVEDO**  
crisrochazevedo@hotmail.com  
Florianópolis